O Fim da Lei

Uma Resposta Apologética e Teológica sobre o Fim da Validade da Lei Mosaica em Cristo

Alexander Santos

O Fim da Lei

Introdução

Toda a base da soterologia ortodoxa cristã é a salvação dada por Jesus através da graça. Tudo por causa da Sua entrega voluntária na cruz para nos substituir na condenação que estava preparada para nós!

Esta doutrina assume então que o sacrifício de Jesus na cruz é perfeitamente suficiente para nos dar a salvação, único porque só necessitou ser feito uma vez que permanece eficiente eternamente. Assume também que o sacrifício de Jesus, a Sua graça concedida, que é a razão de não sermos consumidos, é pleno e capaz de nos livrar do jugo da Lei em toda a sua amplitude.

Nesses últimos tempos, os ataques a pessoa de Jesus, bem como a suficiência e eficiência de Seu sacrifício, tem se tornado constantes e são infundados e injustificados.

O mais assustador de tudo isso, é que a maioria dos

grupos que ensinam essas heresias pertencem a comunidades que possuem na bíblia seu livro de regra de conduta e fé. Colocam sobre o estudo bíblico mal orientado, caráter doutrinário que intenta substituir quase dois mil anos de teologia ortodoxa feita por homens e mulheres que passaram suas vidas debruçados sobre as escrituras, se aperfeiçoando sobre os mais diversos tipos de cátedras, por devaneios de loucos e montagens de teologias de retalhos remendados.

Esse estudo não tem o objetivo de lançar a ideia de que a Lei não é santa ou que não seja necessária, mas sim de mostrar ao leitor o verdadeiro propósito da Lei, e como Cristo muda a sorte da humanidade cumprindo a exigência da letra e nos dando a liberdade da Graça!

Este é um estudo amplo que percorrerá todo o entendimento ortodoxo do tema, passando primeiramente pela bíblia, pelos testemunhos patrísticos, pelos testemunhos dos reformadores, e por fim das confissões de fé das denominações históricas.

Parte 1 – O Que a Bíblia nos Diz

No Princípio

Não é novidade que a personagem principal de toda a bíblia é Jesus Cristo!

Não obstante a esta verdade, não é difícil de perceber que existem pelo menos 5 períodos claros da história humana:

1. O tempo da inocência (Gn 2) onde o homem tinha plena comunhão com Deus e desfrutava de todos os benefícios desta condição. Não tinha letra sobre a sua vida, mas não significa de forma alguma que não havia Lei sobre ele. Deus deu-lhe uma ordem (não comer do fruto do Conhecimento do Bem e do Mal)(Gn 2:17) e diversas obrigações (cuidar e cultivar o jardim, dar nomes aos animais, etc...)(Gn 2:15). Essa realidade está sob princípios morais anteriores a Lei Mosaica e que

perdurarão por toda a eternidade futura, pois são os princípios de um Ser eterno que os traz da eternidade antes da Criação e que irá até a eternidade após o fim dos tempos.

2. O tempo das alianças que foram dias que antecederam a Lei Mosaica, posteriores a queda do homem, e que permearam por várias gerações as relações do homem com Deus, sendo sempre obras da misercórdia de Deus com o homem, afim de preparar o caminho para a primeira vinda de Jesus. Foram promessas e mais promessas feitas para Abraão, Isaque, Jacó...
3. O tempo da Lei dada para Israel através de Moisés e que serve de aio para o homem desde os dias do povo no deserto até os dias de Jesus (Gl 3:24).
4. A graça dada por Jesus que anula a lei (Ef 2:15).
5. O tempo da eternidade que ainda virá após Deus fazer Sua colheita final e nos levar para morar com Ele por toda a eternidade na Cidade Santa que Ele foi nos preparar e que nos prometeu para todo o sempre. Amém!

Não estamos falando ainda de dispensações, mas de momentos onde a Lei e Graça apresentam-se de forma muito bem definidas em toda a história humana.

Mas vamos focar neste momento no fim da Lei em Cristo. Como a bíblia fala deste tema, mostrando que qualquer tentativa de justificação, santificação ou principalmente de salvação através da observância ou cumprimento de obras da Lei, são inúteis e sem efeito em seu fim, pois o objetivo da Lei nada mais foi do que preparar a vinda de Cristo, apontando-o em todos os momentos de suas cerimônias, ritos e sacrifícios.

Efésios 2:13-20

"Mas agora em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, já pelo sangue de Cristo chegastes perto. Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um; e, derrubando a parede de separação que estava no meio, na sua carne desfez a inimizade, isto é, a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças, para criar em si mesmo dos dois um novo homem, fazendo a paz, e pela cruz reconciliar ambos com Deus em um corpo, matando com ela as

inimizades. E, vindo, ele evangelizou a paz, a vós que estáveis longe, e aos que estavam perto; Porque por ele ambos temos acesso ao Pai em um mesmo Espírito. Assim que já não sois estrangeiros, nem forasteiros, mas concidadãos dos santos, e da família de Deus; Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra da esquina"

Este texto formidável de Paulo está falando da abolição da Lei, que era sinal da inimizade do homem com Deus pelo Seu sacrifício na cruz. Atentemos para o verso 15. Nele vemos Paulo categoricamente afirmar que a lei dos mandamentos está desfeita! No original grego esta o verbo "καταργησας" que significa "abolir", "anular".

Independente de quem quer que tente dar outro entendimento ao texto, Paulo foi categórico que a Lei foi abolida, anulada, desfeita em Cristo e por este motivo, nós que outrora éramos errantes, pudemos ser feitos um povo com os judeus. Isto de forma alguma torna a lei má, pois ela de fato é boa (Rm 7:12), mas nada aperfeiçoou (Hb 7:19), pois não era sua função senão explicitar o pecado do

homem (Rm 5:13, 7:7-8), servir de aio que conduziu o homem a Cristo (Gl 3:24), além de seu caráter transitório que preparava a chegada do Messias amado.

O texto de Efésios 2 está em concordância com outros textos também elucidários e que por face responde o argumento muito utilizado pelos que tentam ensinar que a letra da Lei mosaica está ainda em vigor nos dias da Graça, questionam acerca da instrução de Paulo sobre o mandamento de honrar pai e mãe (Ef 6:2, Ex 20:12), como validador da lei para a igreja.

Este tipo de questionamento só surge por conta da leitura das cartas apostólicas como se tivessem sido concebidas em capítulos e versículos e não como textos íntegros e únicos em cada composição.

Romanos 7:1-6

"NÃO sabeis vós, irmãos (pois que falo aos que sabem a lei), que a lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo que vive? Porque a mulher que está sujeita ao marido, enquanto ele viver, está-lhe ligada pela lei; mas, morto o marido, está livre da lei do marido. De sorte que, vivendo o marido, será

chamada adúltera se for de outro marido; mas, morto o marido, livre está da lei, e assim não será adúltera, se for de outro marido. Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a lei pelo corpo de Cristo, para que sejais de outro, daquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que demos fruto para Deus. Porque, quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, que são pela lei, operavam em nossos membros para darem fruto para a morte. Mas agora temos sido libertados da lei, tendo morrido para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade de espírito, e não na velhice da letra." (Rm 7 1-6)

Este texto é espetacular. Vamos analisar. Paulo começa falando aos cristãos judeus que conheciam a lei, citando a lei do adulterio, de forma alegórica para demonstrar a todos que estão em Jesus, que como uma mulher está livre da lei de seu marido, pela morte de Jesus estamos livres da letra! Ora, estaria Paulo sendo incoerente? Absolutamente! Ele está sendo linear e plenamente coerente em sua explanação. Pois estávamos todos debaixo a lei, judeus e gentios, para cumprir na carne a lei. Mas

em Cristo, fomos feitos "libertados da lei", a fim de darmos frutos pelo "liberdade do espírito" e não na "velhice da lei". Se devo honrar pai e mãe, não é pela lei, mas pela liberdade do espírito e não pela letra! Perceba que Paulo, nos textos que citei, que tratam da anulação da lei em Cristo, o entendimento só poderá ser mudado com muita adulteração! São textos que podemos chamar de referenciais basais, pois devem estar em mente com os demais ensinos sobre o tema, uma vez que são dogmáticos e plenamente alinhado com o ensino geral da bíblia e principalmente do NT.

Os frutos de que Paulo está falando, são indubitavelmente os frutos do espírito citados por ele mesmo em suas cartas. O texto analisado e a compreensão de que fazemos o cumprimento moral que antecede a letra, é dada por Paulo da seguinte maneira: "Pois que? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De modo nenhum. Não sabeis vós que a quem vos apresentardes por servos para lhe obedecer, sois servos daquele a quem obedeceis, ou do pecado para a morte, ou da obediência para a justiça? Mas

graças a Deus que, tendo sido servos do pecado, obedecestes de coração à forma de doutrina a que fostes entregues. E, libertados do pecado, fostes feitos servos da justiça. Falo como homem, pela fraqueza da vossa carne; pois que, assim como apresentastes os vossos membros para servirem à imundícia, e à maldade para maldade, assim apresentai agora os vossos membros para servirem à justiça para santificação. Porque, quando éreis servos do pecado, estáveis livres da justiça. E que fruto tínheis então das coisas de que agora vos envergonhais? Porque o fim delas é a morte. Mas agora, libertados do pecado, e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna. Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus nosso Senhor." (Rm 6 15-23)

Portanto, aquele argumento falacioso de "ah, se a lei foi abolida, então posso roubar, matar... " perde totalmente sua base senão a vaidade daquele que o expõe. Mas o Senhor Jesus já havia dito o seguinte acerca da lei.

Mateus 22:34-40

"E os fariseus, ouvindo que ele fizera emudecer os saduceus, reuniram-se no mesmo lugar. E um deles, doutor da lei, interrogou-o para o experimentar, dizendo: Mestre, qual é o grande mandamento na lei? E Jesus disse-lhe: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas." (Mt 22 34-40)

Este texto é fundamental para o entendimento entre a lei e a graça em Cristo. Os entusiastas judaizantes tendem a simplificar esta passagem como se Jesus estivesse fazendo apenas um resumo da bíblia. Na verdade, o Senhor faz uma exegese extremamente técnica e avançada acerca dos princípios eternos que a Lei está suportada. Na verdade Jesus está fazendo uma combinação entre Dt 6:4-5 e Lv 19:18c. Precisamos então compreender do que estamos falando. Em Dt 5, Moisés havia feito a releitura da

lei e ao findar, ele cita esta ordença "amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda tua alma, e de toda a tua força". Dizer que isto é um resumo da primeira parte do decálogo, apesar de ter um certo sentido, perde a finalidade quando lembramos que isto faz parte do Shema recitado pelos judeus e não foi apresentado como resumo da lei, mas como princípio fundamental para se manter na presença de Deus, independente da Lei! Seguir esta orientação, era primordial para que não se pecasse contra Deus! Ao citar Lv 19:18c, Ele aprimora esta ênfase de princípio eterno observado e estabelecido por Deus desde antes do princípio, dando ainda mais força. Matthew Henry diz o seguinte sobre Mt 22:34-40: "O amor de Deus é o primeiro e grande mandamento, e o resumo de todas os mandamentos da primeira tabua. Nosso amor por Deus deve ser sincero, não só de palavra e língua.". Ora, fica claro que na verdade os 4 primeiros mandamentos não são primeiros que este, mas este é o que dá origem aos 4 mandamentos (conclusão minha após as aspas, dentro das aspas, são os comentários do autor)

Mas o mais importante para nossa abordagem acerca da lei que podemos fazer, tem que partir do próprio senhor Jesus.

Lucas 22:17-20

“E, tomando o cálice, e havendo dado graças, disse: Tomai-o, e reparti-o entre vós; Porque vos digo que já não beberei do fruto da vide, até que venha o reino de Deus. E, tomando o pão, e havendo dado graças, partiu-o, e deu-lho, dizendo: Isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim. Semelhantemente, tomou o cálice, depois da ceia, dizendo: Este cálice é o novo testamento no meu sangue, que é derramado por vós." (Lc 22 17-20)

Ora, quando o Senhor institui a Ceia, ele diz que o Seu sangue é o novo testamento. Testamento aqui tem o mesmo sentido de aliança, logo, Jesus estabeleceu uma nova aliança em Seu sangue. Isto está muito claro e faz com que a teologia paulina registrada em Ef 2 e Rm 7, sejam verdadeiramente pautadas na verdade de Cristo e não nas lamacentas armadilhas de homens.

Finalmente, acerca do fim da lei, devemos olhar

mais um importante texto paulino.

Gálatas 3:23-29

"Mas, antes que a fé viesse, estávamos guardados debaixo da lei, e encerrados para aquela fé que se havia de manifestar. De maneira que a lei nos serviu de aio, para nos conduzir a Cristo, para que pela fé fôssemos justificados. Mas, depois que veio a fé, já não estamos debaixo de aio. Porque todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus. Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo. Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus. E, se sois de Cristo, então sois descendência de Abraão, e herdeiros conforme a promessa." (Gl 3 23-29)

Este magnífico texto que Paulo escreve aos gálatas que estavam sofrendo com os ataques doutrinários enganosos de cristãos judaizantes. Nesta carta linda, mas ao mesmo tempo dura, Paulo defende mais uma vez o fim da lei em Cristo. Brodus David Hale diz o seguinte acerca desta seção: "A seção doutrinaria (3:1-4:31) apresenta a posição de que o cristão é justificado com Deus sem qualquer obra de

mérito. A própria experiência dos cristãos gálatas, quando eles receberam o Espirito Santo, é prova da graça de Deus através da fé sem as obras da lei (3:1-5)"

Não obstante a opinião de Hale, muito antes dele, Matthew Henry escreveu o seguinte sobre esta passagem: "A lei não ensinava um conhecimento vivo e salvador, mas por seus ritos e cerimônias, especialmente por seus sacrifícios, indicava a Cristo para que eles fossem justificados por fé. Assim era que a palavra significa propriamente um servo para levar a Cristo, como os meninos eram levados a escola pelos servos encarregados de atendê-los, para serem ensinados mais plenamente por Ele, que é o verdadeiro caminho de justificação e salvação, o qual é unicamente pela fé em Cristo. Indica-se a vantagem enormemente maior do estado do Evangelho, no qual desfrutamos da revelação da graça e misericórdia divina mais claramente que os judeus antes."

Continuando a explanação de Henry: "maioria dos homens continuam encerrados como num calabouço escuro, apaixonados por seus pecados, cegados e

adormecidos por Satanás, por meio dos prazeres, preocupações e esforços mundanos. Mas o pecador acordado descobre seu estado terrível. Então sente que a misericórdia e a graça de Deus formam sua única esperança. Os terrores da lei costumam ser usados pelo Espírito que produz convicção, para mostrar ao pecador que necessita de Cristo, para levá-lo a confiar em Seus sofrimentos e méritos, para que possa ser justificado pela fé. Então a lei, pelo ensino do Espírito Santo, chega a ser sua amada norma de dever e sua regra para o exame diário de si mesmo. neste uso dela, aprende a confiar mais claramente no Salvador. Os cristãos reais desfrutam grandes privilégios sujeitos ao Evangelho, e já não são mais contados como servos, senão como filhos; agora não são mantidos a certa distância e sujeitos a certas restrições como os judeus. tendo aceitado a Cristo Jesus como seu Senhor e Salvador, e confiando somente nEle para justificação e salvação, eles chegam a ser os filhos de Deus. Mas nenhuma forma externa ou confissão pode garantir essas bênçãos, porque se alguém não tem o Espírito de Cristo, não é dEle. No batismo nos investimos de Cristo; por este, professamos ser

seus discípulos. Sendo batizados em Cristo, somos batizados em sua morte, porque como Ele morreu e ressuscitou, assim nós morremos ao pecado e andamos na vida nova e santa. Investir-se de Cristo segundo o evangelho não consiste na imitação externa, senão de um nascimento novo, uma mudança completa. O que faz que os crentes sejam herdeiros, proverá para eles. Portanto, nosso esforço deve ser cumprir os deveres que nos correspondem, e devemos lançar sobre Deus todos os outros afãs. Nosso interesse especial deve ser pelo céu; as coisas desta vida não são senão ninharias. A cidade de Deus no céu é a porção ou a parte do filho. Procure assegurar-se disso por acima de todas as coisas."

Fica, portanto, evidente na literatura bíblica, que nenhum preceito da Lei Mosaica se aplica para a igreja ou cristãos dos tempos posteriores o ministério, morte e ressurreição de Jesus.

Podemos concluir também que para judeus que recebem Jesus como Senhor de suas vidas, também são libertos destas obrigações. Isto porque, estando em Cristo, são justificados (At 13:39) gratuitamente (Rm 3:24) pela fé nEle (Rm 5:1).

Parte 2 – Qual Era o Entendimento dos Pais da Igreja

Conclamando a Patrística

Como vimos na Parte 1 desse material, o testemunho bíblico é tão vasto sobre o tema que mesmo sem ser exaustivo, o número de páginas dedicadas somente a alguns textos diretos (não usamos para este estudo referências cruzadas ou subjetivas), consumimos uma quantidade razoável de páginas.

Entretanto, não que a biblia não seja suficiente, mas que devido o crescente número de judaizantes ou de pessoas que simpatizam com práticas que se distanciam do evangelho, com a falácia vazia de que o entendimento da igreja dos primeiros séculos não era como o de hoje, guardando dias, se privando de alimentos entre outros ritos da lei, faremos uma viajem aos primeiros séculos da igreja para vermos o que a patrística nos deixou de legado teológico.

Cabe ressaltar que, antes de arvorarmos nossas

vozes com o conclamar de uma “nova” ou “moderna” doutrina ou tese, verifique detalhadamente na patrística se não houve heresia igual nesse tempo, pois muito do que vemos hoje (acertos e erros), foi escrito de forma didática ou doutrinária nos quatro primeiros séculos da igreja.

Pois bem, vamos observar o testemunho patristico acerca da lei...

Irineu de Lion

Em seu livro Contra Todas as Heresias, fala o seguinte a cerca da lei e da Graça: "*Todas as coisas provêm de uma só e idêntica substância, isto é, de um só e único Deus, como o Senhor o declara a seus discípulos: “Eis por que todo escriba douto, no reino dos céus, é semelhante ao dono da casa que tira de seu tesouro coisas novas e velhas”. Não disse que quem tira coisas velhas é diferente do que tira as coisas novas, mas é um só e o mesmo. O dono da casa é o Senhor e tem autoridade sobre toda a casa paterna, que determina para os escravos ainda indisciplinados uma Lei conveniente, e para os homens livres e justificados pela fé, preceitos apropriados, e para os filhos abre*

a sua herança. O Senhor chamava escribas e doutores do reino dos céus aos seus discípulos, acerca dos quais diz noutro lugar aos judeus: "Eis que vos envio sábios, escribas e doutores; alguns deles os matareis e outros afugentareis de cidade em cidade". As coisas velhas e novas tiradas do tesouro são incontestavelmente os dois Testamentos: as coisas antigas são a Lei que foi dada antes e as novas, a vida segundo o Evangelho, acerca do qual Davi diz: "Cantai ao Senhor um canto novo"; e Isaías: "Cantai ao Senhor um hino novo; o seu princípio: Seu nome é glorificado até as extremidades da terra e anunciam os seus grandes feitos nas ilhas". E Jeremias: "Eis, farei uma aliança nova, diferente daquela que fiz com vossos pais, no monte Horeb". Ambos os Testamentos foram produzidos por um só e único pai de família, o Verbo de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, que falou com Abraão e Moisés e que a nós deu a liberdade na novidade e multiplicou a graça vinda dele."

Continuando o dito de Irineu de Lion no livro, Contra as Heresias: "*Aqui há alguém que vale mais*

que o Templo", disse. Ora o mais e o menos não se referem a coisas que não têm nada em comum, que são contrárias e opostas, e sim às que têm a mesma substância e comunicam entre si, que não diferem senão pela quantidade e grandeza, como a água difere da água, uma luz da luz, uma graça da graça. A graça da liberdade é, portanto, superior à Lei da servidão e é por este motivo que se derramou não somente num povo, mas em todo o mundo. Uno e idêntico é o Senhor que é mais do que o templo e dá aos homens mais do que Salomão e Jonas, isto é, a sua presença e a ressurreição dos mortos, mas não trocando de Deus, nem anunciando outro Pai, e sim o mesmo, que tem sempre mais para distribuir entre os seus familiares e que à medida que neles aumenta o amor por ele distribui bens mais numerosos e maiores. É o que o Senhor diz a seus discípulos: "Vereis coisas maiores do que estas". E Paulo: "Não que já tenha recebido, ou já esteja justificado, ou já seja perfeito; conhecemos imperfeitamente e imperfeitamente profetizamos; quando terá chegado o que é perfeito o imperfeito será abolido". Cabe ressaltar que Irineu é do fim do

segundo século, nem pode-se falar em ICAR...

Então, Irineu fala com muita autoridade da superioridade da Graça sobre a Lei, mas em sua defesa contra Marcião, ele explica que a lei não foi abolida, mas aperfeiçoada por aquele que é o fim, sendo também o princípio. Vamos observar seu raciocínio: "Pelas palavras do Senhor mostra-se que ele não aboliu, mas ampliou e completou os preceitos da lei natural que justifica o homem; preceitos que eram observados, mesmo antes do dom da lei, pelos que eram justificados pela fé e agradavam a Deus. “Foi dito aos antigos”, ele diz, “Não cometerás adultério. Mas eu vos digo que todo aquele que olhar uma mulher com desejo de possuí-la, já praticou adultério no seu coração”. E ainda: “Foi dito: ‘não matarás’. Eu, porém, vos digo: todo aquele que se encolerizar com seu irmão, sem motivo, será réu de juízo”. Ainda: “Foi dito: não jurarás falso. Eu, porém, vos digo: não jureis de forma alguma. Que a vossa palavra seja: sim sim, e não não”. E assim a seguir. Estes preceitos não implicam contradição nem abolição dos precedentes, como vão dizendo os seguidores de Marcião, mas o

seu completamento e sua ampliação, como o próprio Senhor diz: “Se a vossa justiça não for maior do que a dos escribas e fariseus, não entrareis no reino dos céus”. Em que consiste este ser mais? Primeiramente, em crer não só no Pai, mas também no Filho já manifestado, porque é ele que leva o homem à comunhão e união com Deus. Em segundo lugar: não somente crer com as palavras, mas atuar — com efeito, eles falavam, mas não cumpriam — não somente em se abster das más ações, mas até do desejo delas. Ensinava estas coisas não como contrárias à Lei, e sim como completamento e interiorização das prescrições dela em nós. Contradizer a Lei seria dar ordens aos seus discípulos para fazer tudo o que a Lei proibia, mas, ao contrário, prescrever a abstenção, não somente dos atos proibidos, mas até do seu desejo, não é coisa de quem é contrário ou quer abolir a Lei, como já o demonstramos, senão de alguém que a cumpre, estende e amplifica."

Antes de continuar, precisamos entender ao que Irineu estava respondendo. Ele falava contra as doutrinas de Marcião de Sinope que ensinava um

dualismo entre Antigo e Novo testamento, sendo o cristianismo uma espécie de oposição ao judaísmo. Nesta doutrina, ele afirma que Jesus se referia a um Deus diferente do revelado no Antigo Testamento. A leitura dos textos do AT deveriam ser feitas de forma literal em todos os aspectos, inclusive considerando a antropomorfia costumeira dos textos, como literais tendo Deus de fato se arrependido, andado em um corpo físico no Éden, tendo de fato procurado Adão, *etc.* Em outras palavras, ele propunha uma separação dos dois testamentos de modo que literalmente Jesus abolira a lei dando novos mandamentos que substituíam os primeiros, como que não fossem uma continuidade e até mesmo inúteis como literatura doutrinaria cristã .

Então Irineu explica que Jesus não fez assim, mas que a segunda aperfeiçoava a primeira, sendo harmonica, e segue dizendo: "A Lei, imposta a escravos, por meio das coisas temporais externas, educava a alma, conduzindo-a, como presa a uma corrente, à obediência aos mandamentos, para que o homem aprendesse a obedecer a Deus. Mas o Verbo, libertando a alma, ensinou também a

purificar o corpo voluntariamente, por meio dela. Feito isso, era preciso desamarrar as correntes da escravidão às quais o homem já se acostumara; era preciso que seguisse a Deus, sem correntes; que fossem amplificados os preceitos da liberdade e aumentada a submissão ao Rei, para que ninguém, voltando-se para trás, se mostrasse indigno do seu Libertador. O respeito e a obediência ao pai de família são os mesmos para os servos e para os filhos, mas os filhos têm confiança maior, pois o serviço da liberdade é maior e mais glorioso do que a docilidade dos servos. Por isso, o Senhor, em lugar do não cometerás adultério, ordenou não olhar com desejo de possuir; no lugar do não matarás, nem mesmo se encolerizar; em vez de pagar simplesmente o dízimo, distribuir todos os bens aos pobres; amar não somente os próximos, mas também os inimigos; não somente ser generosos e prontos na partilha, mas, ainda mais, dar graciosamente do que é nosso aos que no-lo tiram: "A quem te tira a túnica deixa também o manto, a quem te tira o que é teu não o reclames; e o que quereis que os homens façam a vós, fazei-o a eles". Não nos entristeçamos como quem foi defraudado

contra a vontade, mas, ao contrário, alegremo-nos como quem voluntariamente deu, por ter feito dom gratuito ao próximo mais do que ceder a uma necessidade. “E se alguém, diz ele, te obriga a andar uma milha”, vai com ele mais duas, para que não o sigas como escravo, mas o precedas como homem livre, tornandote útil a teu próximo em todas as coisas, não olhando para sua malícia e chegando ao mais alto de tua bondade te tornes semelhante ao Pai “que faz o seu sol levantar sobre os maus e os bons e chover sobre os justos e injustos”. Tudo isso, como já dissemos acima, não é coisa de quem quer abolir a Lei, mas de quem a leva a cumprimento e aperfeiçoa-a em nós. É como dizer é maior o serviço da liberdade, que uma submissão e uma piedade mais plenas se enraízam em nós em relação ao nosso libertador. Com efeito, ele não nos libertou para que nos afastássemos dele — pois ninguém pode procurar para si os alimentos da salvação fora dos bens do Senhor — mas para que, tendo recebido mais abundantemente a sua graça, mais o amemos; e quanto mais o amaremos tanto maior glória receberemos dele quando estaremos para sempre na presença do Pai."

Irineu faz toda sua argumentação na mesma linha de Hale, Henry e Paulo! O sacrifício de Jesus substitui totalmente as exigências da letra e os ritos e cerimoniais contidas nEla.

Agostinho de Hipona

em seu longo texto de "Cidade de Deus" (um dos principais e pouquíssimo comentado texto de Agostinho), contraditando Pelágio, Titico e outros que tentavam ensinar uma não herdade do pecado de Adão, ele demonstra que não somente a graça é a razão, bem como a única forma de receber qualquer benefício de Deus!

Orígenes

Outro pai da igreja, Orígenes, diz o seguinte registrado no livro "Principiis, livro IV": "*as Sagradas Escrituras foram escritas pelo Espírito de Deus e que possuem um sentido que não é apenas o manifesto, mas também um outro oculto para muitos. As coisas que foram escritas, de fato, são formas de certos mistérios e imagens das coisas divinas. A este respeito há uma só sentença em toda a Igreja, que toda a lei é espiritual e que as coisas que a lei espiritualiza não são conhecidas*

por todos, mas apenas por aqueles aos quais a graça do Espírito Santo é concedida na palavra de sabedoria e de ciência."

Mais a frente, ele prossegue no entendimento: "*Feito este breve comentário sobre a inspiração das Sagradas Escrituras pelo Espírito Santo, parece-nos agora necessário explicar por que motivo alguns, ignorando o caminho pelo qual se alcança o entendimento das letras divinas, não as lendo corretamente, caíram em tantos erros. Os judeus, pela dureza de seu coração, querendo parecer sábios diante de si mesmos, julgando que as coisas que foram ditas de Cristo deviam ser entendidas segundo a letra, não creram em nosso Senhor e Salvador."*

Origines, então, magistralmente conclui o raciocínio mais a frente dizendo: "*Quanto à explicação espiritual, esta é aquela pela qual alguém pode mostrar quais são as coisas celestes às quais os que são judeus segundo a carne servem como imagens e sombras, coisas futuras das quais a Lei é sombra, e outras tantas semelhantes que se encontram nas Santas Escrituras. A inteligência*

espiritual é também aquela pela qual buscamos qual seja a sabedoria escondida no mistério "que Deus predestinou antes dos séculos para a nossa glória e nenhum dos príncipes deste século conheceu". (I Cor. 2, 7) É também aquela a que se refere o próprio Apóstolo quando usa de alguns exemplos de Êxodo ou de Números e diz que "estas coisas lhes aconteciam em figura, mas foram escritas por causa de nós, para quem o fim dos séculos chegou", (I Cor. 10, 11) oferecendo-nos ocasião à inteligência para que possamos entender do que estas coisas que lhes aconteciam eram figuras, quando nos diz também que "bebiam da pedra espiritual que os seguia, e esta pedra era Cristo". (I Cor. 10, 4) Quanto ao tabernáculo, o mesmo apóstolo nos lembra em outra epístola aquelas palavras que foram preceituadas a Moisés: "Farás todas as coisas segundo a forma que te foi mostrada no monte". (Heb. 8, 5) Escrevendo aos Gálatas, e repreendendo pela palavra a alguns que a si mesmos pareciam que liam a Lei mas, por ignorarem haver alegorias nas coisas que foram escritas, não a entendiam, assim lhes diz com uma certa repreensão: "Dizei-me vós, os que credes

estar debaixo da Lei, não lestes a Lei? De fato, está escrito que Abraão teve dois filhos, um da escrava e outro da livre. Mas aquele que nasceu da escrava, nasceu segundo carne; aquele, porém, que nasceu da livre, nasceu segundo a promessa. Estas coisas são alegorias. De fato, estes são os dois testamentos". (Gal. 4, 21-24) Nisto deve-se também considerar o quão cautelosamente o Apóstolo falou, ao dizer: "Vós, que estais sob a Lei, não ouvistes a Lei?" `Ouvistes', isto é, `entendestes e conhecestes'. E também, na Epístola aos Colossenses, abraçando e resumindo brevemente o sentido de toda a Lei: "Ninguém, pois, me condene pelo comer e pelo beber, ou pelos dias solenes, ou pelas neomênias, ou pelo sábado, que são sombra de coisas futuras". (Col. 2, 1617) É ele também que, escrevendo aos Hebreus e aos que são da circuncisão, diz: "Eles que servem à imagem e à sombra das coisas celestes". (Heb. 8, 5) Tudo isto talvez não parecerá matéria de dúvida, para aqueles que recebem os escritos do Apóstolo como sentenças divinas, no que diz respeito aos cinco livros de Moisés. Mas se investigarmos o que se refere à história restante, veremos que mesmo as

coisas que ali estão contidas deverão também ser ditas terem acontecido em figura para aqueles dos quais são escritas. É o que se encontra escrito na Epístola aos Romanos, quando o Apóstolo coloca um exemplo tirado do Terceiro Livro dos Reis, dizendo: "Eu reservei para mim sete mil homens, que não dobraram os joelhos diante de Baal". (Rom. 11, 4) Paulo toma estas palavras como ditas figurativamente daqueles que são chamados israelitas segundo a eleição, para que fosse mostrado que o advento de Cristo não aproveita somente agora aos gentios, mas a muitos outros chamados à salvação também da descendência de Israel.".

Portanto, fica evidenciado neste estudo (parte 1 e 2), que nem os apóstolos, nem a patrística apoiam a ideia que a lei permaneceu observada na letra, mas é consenso que esta foi cumprida em Jesus, anulada nEle, para que através de Seus preceitos espirituais, seja cumprida na Liberdade da graça concedida por Cristo, para Salvação exclusivamente pela fé, sem as exigências da letra que nada aperfeiçoou (palavras de Paulo), mas que era temporária e pré -figurativa

de Jesus.

Parte 3 – A Visão Reformada

O Retorno à Palavra

Na primeira parte do nosso estudo acerca do fim da lei, vimos que a literatura neotestamentaria, bem como a literatura patrística negam a exigência do cumprimento de qualquer exercício ordenado da letra, permanecendo a exigência moral que se cumpre na ordenança de Jesus de "amar a Deus sobre todas as coisas e a nosso próximo como a nós mesmos". Nessa terceira parte, veremos os testemunhos reformados sobre a questão.

Bom, a reforma Protestante precisa ser entendido como um momento extremamente agudo na história do cristianismo. Por causa da forte intensão, impulsionada pelo Espirito Santo, de se apartar da ICAR e suas tradições humanas, os reformadores fizeram um retorno a patrística e principalmente a bíblia. Muitas vezes vamos encontrar reformadores falando sobre a graça e sua suficiência para a salvação.

Martinho Lutero

O "pai" da Reforma, em seu livro "Nascidos

Escravos", contradiz Erasmo de Roterdã. Logo no início do livro, Lutero diz o seguinte: "*Eu argumento que quando Paulo diz em Romanos 3:20-21 '...ninguém será justificado diante dEle por obras da lei.', pensou na lei moral (dez mandamentos), bem como na lei cerimonial. Tem se generalizado a idéia de que Paulo tinha em mente somente a lei cerimonial - o ritual de sacrifício de animais e a adoração no templo. É espantoso que chamem Jerônimo, que criou esta idéia, de santo!'*. Lutero continua... *'Paulo estava argumentando que não podemos ser justificados diante de Deus mediante a tentativa de guardar a lei moral, ou mesmo a lei cerimonial. Comer e beber, e fazer outras coisas semelhantes, em si mesmas, nem nos justifica nem nos condena.'*".

Espetacular esta declaração de Lutero! Ele na sua defesa inicial que buscava contradizer o livre-arbítrio, começa a construir seu argumento desconstruindo as idéias de Erasmo, que ainda defendia a eficiência dos ritos da ICAR. Entretanto, brilhantemente, ele vai nas bases do argumento de Erasmo que era da eficiência do sacrifício de Jesus

somente sobre a lei cerimonial.

Este fundamento firme no sacrifício de Jesus, consequentemente na Graça, permeia toda a teologia de Lutero podendo ser observada em vários de seus textos como as próprias teses pregadas à porta de Wittenberg, no seu mini catecismo, e que influencia todos os pensadores reformados como iremos ver a frente.

Como vimos, Lutero reage frontalmente contrário a possibilidade de uma ineficiência ou inaplicabilidade, consequentemente, qualquer falta de suficiência em Cristo para a Salvação.

João Calvino

Outro ícone da reforma, Calvino, diz o seguinte..." *No que, porém, diz respeito aos Dez Mandamentos, deve-se sustentar, de igual modo, a postulação de Paulo: "Cristo é o fim da lei para salvação de todo o que crê" [Rm 10.4]; e outra: "Cristo é o Espírito que vivifica a letra, em si mortífera" [2Co 3.6, 17]. Ora, na primeira destas postulações significa certamente que em vão é ensinada a justiça pelos mandamentos até que Cristo a confira, tanto por graciosa imputação, quanto pelo*

Espírito de regeneração. Pelo que, com justiça, Paulo chama a Cristo o cumprimento ou fim da lei, porquanto de nada valeria sabermos o que Deus exige de nós, se aos que se esforçam e estão oprimidos sob seu jugo e fardo intolerável Cristo não os socorresse. Em outro lugar [Gl 3.19], ensina ter sido a lei promulgada por causa das transgressões, isto é, para que humilhasse os homens, dela convencidos de sua condenação. Ademais, porque esta é a verdadeira e exclusiva preparação para buscar-se a Cristo, todas e quaisquer noções que, em diferentes termos, transmite, harmonizam-se muito bem entre si. Porque, visto que sua controvérsia foi com mestres pervertidos, que fantasiavam, das obras da lei, que merecemos a justiça, para lhes refutar o erro, Paulo foi obrigado, por vezes, a tomar em sentido estrito a mera palavra lei que, no entanto, foi, por outro lado, vestida do pacto da adoção gratuita."

Se apropriando das palavras de Agostinho, Calvino prossegue sua visão sobre a Lei: "*Quanto ao proveito de implorar-lhe a graça da assistência, Agostinho se expressou amiúde, como quando*

escreve a Hilário:149 "A lei ordena que, tentando nós cumprir-lhe as injunções e fatigados em nossa fraqueza debaixo da lei, saibamos pedir ajuda da graça." De igual modo, a Asélio:150 "A utilidade da lei é que convença o homem acerca de sua enfermidade e o compila a implorar o remédio da graça que está em Cristo." Também, a Inocêncio de Roma:151 "A lei ordena; a graça ministra o poder para cumprir." Ainda, a Valentino:152 "Deus ordena as coisas que não podemos, para que saibamos o que lhe devamos pedir." Então: "A lei foi dada para que vos fizesse culpados; feitos culpados, temêsseis; temendo, buscásseis perdão e não vos fiásseis em vossas próprias forças."153 Ademais: "A lei foi dada para isto: que de grande pequeno te fizesse; que te mostrasse que, de ti mesmo, não tens poder para a justiça; e assim, pobre, necessitado e carente, recorras à graça."154 A seguir, Agostinho155 dirige a palavra a Deus: "Assim faze, ó Senhor; assim faze, ó Senhor misericordioso; ordena o que não se pode cumprir; sim, ordena o que não se pode cumprir, a não ser por tua graça, para que, uma vez que os homens não o possam cumprir por suas próprias

forças, toda boca se cale e ninguém se faça grande a si mesmo. Sejam todos pequeninos e o mundo todo se faça culpado diante de Deus.” Eu, porém, sou tolo em acumular tantos testemunhos, quando esse santo varão escreveu seu próprio tratado, a que deu o título de De Spiritu Litera [Do Espírito e da Letra]. Agostinho não expõe tão significativamente a segunda utilidade da lei, ou porque a reconhecia como dependente dessa primeira, ou porque não a apreendia tão exaustivamente, ou porque não tinha palavras com que lhe expusesse tão distinta e lucidamente como gostaria. Contudo, esta primeira função da lei não deixa de aplicar-se também aos próprios ímpios. Pois, embora não avancem com os filhos de Deus até este ponto, a saber, que após a degradação da carne são renovados e refloresçam no homem interior, ao contrário, atônitos pelo primeiro terror, prostram-se no desespero; todavia, ao agitar-se-lhes a consciência com ondas desta natureza, servem para manifestar a eqüidade do juízo divino. Verdade é que os ímpios sempre desejam de bom grado tergiversar contra o juízo de Deus. E ainda que por ora não se revele o juízo do Senhor,

contudo suas consciências de tal maneira se vêem abatidas pelo testemunho da lei e de suas próprias consciências, que de forma bem nítida deixam ver o que de fato mereceram."

O reformador ainda fala mais exclusivamente de um emblema da Lei que tem trazido muitos debates sobre a vigência da lei nos dias de hoje, o sábado do quarto mandamento. Vejamos o que diz Calvino: "*Mas, não há dúvida de que pela vinda do Senhor Jesus Cristo o que era aqui cerimonial foi abolido. Pois ele é a verdade, por cuja presença se desvanecem todas as figuras; o corpo, a cuja visão são deixadas para trás as sombras. Ele é, digo-o, o verdadeiro cumprimento do sábado. Com ele, sepultados através do batismo, fomos enxertados na participação de sua morte, para que, participantes de sua ressurreição, andemos em novidade de vida [Rm 6.4]. Por isso, escreve o Apóstolo em outro lugar que o sábado tem sido uma sombra da realidade futura, e que o corpo, isto é, a sólida substância da verdade, que bem explicou naquela passagem, está em Cristo [Cl 2.17]. Esta não consiste em apenas um dia, mas*

em todo o curso de nossa vida, até que, inteiramente mortos para nós mesmos, nos enchamos da vida de Deus. Portanto, que esteja longe dos cristãos a observância supersticiosa de dias."

O que fica claro nas palavras de Calvino, é o entendimento da igreja protestante de seu tempo acerca da obrigatoriedade da observância da Lei. Segundo seu entendimento, esta observância serve tão somente para reconhecermos nossa necessidade de buscarmos em Jesus a justificação.

Não é difícil perceber no apoio patrístico ao citar Agostinho, que este retorno as bases doutrinarias do cristianismo, foi importante até mesmo para dar fundamentos sólidos ao movimento, provendo os seus personagens com subsídios que permitia separar o que era ortodoxo do que era herético.

Jacob Armínio

Outro teólogo reformado que é muito influente na formação doutrinária de muitos grupos evangélicos modernos, Jacob Armínio, em seu livro Works (volume 2), diz o seguinte acerca do entendimento da lei e da Graça na literatura paulina registrada em

Romanos, confirmada em Gálatas: "*As palavras são essas; 'Portanto, nenhuma condenação há para aquele que está em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito'. Neste verso está uma evidente conclusão mediante a citação da palavra "Portanto", e de fato, uma conclusão não deduzida da primeira parte do último verso no capítulo sétimo, mas de toda a investigação, consiste essas duas partes: 'Homens não obtém justificação e poder para vencer o pecado e viver de maneira santa por meio da Lei da natureza, ou de Moisés, mas somente a fé pelo Evangelho de Jesus Cristo essas muitas bênçãos são gratuitamente distribuídas sem obras mas crendo em Jesus Cristo.' Mas essas duas coisas, Justificação a qual consiste da remissão de pecados, e o Espírito de Santidade pela qual os crentes ficam habilitados para abandonar o pecado e viver de uma maneira santa, são partes da graciosa aliança em que Deus entrou conosco em Cristo: 'Eu colocarei minhas Leis em suas mentes e escritas em seus corações '"*

Ora, o pai do pensamento que iria servir de base

para nomes importantes como os irmãos Wesley, Jacob Armínio, em um longo texto, conclui declarando que sem ser pela fé em Jesus, nada mais justifica o homem e mais, afirma que a única forma de vencer a carne e viver uma vida santa é crer em Jesus e viver segundo o Espírito, tendo em Jesus a remissão de nossos pecados.

Poderíamos avançar com outros autores reformados, mas como todos repetem as mesmas bases, nossa leitura se tornaria exaustiva e não produtiva.

Parte 4 – Confissões de fé Históricas

Confissão de Westminster (1643-1646)

Após a Reforma protestante, houve a necessidade das igrejas avançassem no sentido do amadurecimento do conhecimento bíblico e afastamento cada vez maior na direção oposta da Igreja Católica.

Este afastamento fez com que os pensadores e líderes expusessem o que chamamos de "Confissão de Fé".

Nessas confissões, estão declarados de modo a tornar público, todo o entendimento do credo da igreja.

No que tange a Lei, vamos observar o que cada uma das mais importantes confissões de fé, defendem no entendimento da Lei e da Graça.

A primeira que observaremos é a confissão de fé de

Westminster.

Feita entre os anos de 1643 e 1646, ela serve de base para a maioria das igrejas históricas. Com bases doutrinárias calvinista, ela já começa em seus primeiros capítulos, afirmando a salvação pela Graça em Jesus, veja: "*Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa."* (Ef. 1:4, 9, 11; Rom. 8:30; II Tim. 1:9; I Tess, 5:9; Rom. 9:11-16; Ef. 1: 19: e 2:8-9.)

Como podemos observar, o texto do capítulo 3 parágrafo 5 já aponta o entendimento calvinista acerca da condição do homem diante de Deus, do Decreto de Deus e da razão somos salvos. Ora, o argumento inicial da Confissão de Westminster parte do princípio da eleição incondicional ensinada por

Calvino. Como vimos no capitulo anterior, Calvino falava abertamente sobre seu entendimento que não há condição meritória no homem que o leve a justificação diante de Deus. A Confissão segue pela mesma linha, deixando claro que é pela graça que somos salvos.

Então a Confissão de Westminster prossegue dizendo no seu capitulo 7 que reproduzo na integra: "*I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto. (Jó 9:32-33; Sal. 113:5-6; At. 17:24-25; Luc. 17: 10.)*

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal. (Gal. 3:12; Rom. 5: 12-14 e 10:5; Gen. 2:17; Gal. 3: 10.)

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se

fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer. (Gal. 3:21; Rom. 3:20-21 e 8:3; Isa. 42:6; Gen. 3:15; Mat. 28:18-20; João 3:16; Rom. 1:16-17 e 10:6-9; At. 13:48; Ezeq. 36:26-27; João 6:37, 44, 45; Luc. 11: 13; Gal. 3:14.)

IV. Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto. (Hb. 9:15-17.)

V. Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do

Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensarão chama-se o Velho Testamento. (II Cor. 3:6-9; Rom. 6:7; Col. 2:11-12; I Cor. 5:7 e 10:14; Heb. 11:13; João 8:36; Gal. 3:7-9, 14.)

VI. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância mas um e o mesmo sob várias dispensações. (Col. 2:17; Mat. 28:19-2; 1 Cor. 11:23-25; Heb. 12:22-24; II Cor. 3:9-11; Luc. 2:32; Ef. 2:15-19; Luc. 22:20; Gal. 3:14-16; At. 15: l 1; Rom. 3:21-22, 30 e 4:16-17, e 23-24; Heb.

1:1-2.)”

O entendimento dos irmãos que escreveram a confissão de Westminster compreendiam que a Salvação está totalmente em Cristo, sem nenhuma outra ação que possa persuadir a fé através do ensino de qualquer ação humana que venha trazer pensamento de auto justificação por obras (da lei ou de caridade), de modo a gerar uma condição meritória que não à Graça de Deus entregando Seu Filho Unigênito. Por conta disso eles declaram no parágrafo 8 capitulo 10: “*Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação. (João 6:37; 39 e10:15-16; I João 2:1; João 15:15; Ef. 1:9; João 17:6; II Cor. 4:13; Rom. 8:9, 14 e 15:18-19; João 17:17; Sal. 90:1; 1*

Cor. 15: 25-26; Col. 2:15; Luc. 10: 19.)"

Ora, se a Salvação é pela fé em Cristo, concedida em Graça por Deus, sendo a fé obra exclusiva do Espírito Santo, qual a razão do ensino da Lei nas igrejas? Vejamos o que diz o capítulo 19 da Confissão, no seu parágrafo 6: "*Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluções da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças*

servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proibe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça. (Rom. 6:14,e 8:1; Gal. 3:13; Rom. 7:12, 22, 25; Sal.119:5; I Cor. 7:19; Rom.7:7, e 3:20; Tiago 1:23, 25; Rom. 7:9,14, 24; Gal. 3:24; Rom. 8:3-4; Rom. 7:25; Tiago 2:11; Esdras 9:13-14; Sal. 89:30-34 e 37:11, e 19:11; Gal. 2:16; Luc. 17:10; Rom. 6:12,-14; Heb. 12:28-29; I Ped. 3:8-12; Sal. 34:12, 16.)"

Sublime!

A Lei tem caráter transitório e tem como uma de suas características, mostrar ao homem sua condição pecaminosa e quão miserável é diante de Deus. Como ensinava Armínio, o simples conhecimento da

Lei deve fazer o homem se lançar a Deus por desespero de sua condição desgraçada por conta do pecado.

Não apresentaremos aqui a confissão Presbiteriana, Batista e outras de doutrina Calvinista, por ser basicamente uma transcrição da Confissão de Westminster.

Confissão de Wesleyana

Datada dos dias de John Wesley, ficou estabelecido um texto do credo Wesleyano composto de 25 artigos que foram retirados de 37 oriundos da igreja Anglicana.

Nestes 25 artigos, Wesley defende o seguinte: "*O Filho, que é o verbo do Pai, verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita Virgem, de maneira que duas naturezas inteiras e perfeitas, a saber, a divindade e a humanidade, se uniram em uma só pessoa para que jamais se separem, a qual pessoa é Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que realmente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado, para nos reconciliar com seu Pai e para ser um sacrifício não somente pelo*

pecado original, mas, também, pelos pecados actuais dos homens."

Neste parágrafo 2 da Confissão Wesleyana, ele declara que Jesus fez-se homem para cumprir a exigência pelo pecado do homem, entregando a si mesmo como sacrifício perfeito por todo o pecado, tanto o pecado original quanto os vindouros. Com isso fomos reconciliados com Deus. Mas o que isto significa? Significa basicamente que o pecado que nos separava de Deus foi justificado por Cristo que apresenta Seu sangue constantemente diante do Pai, para nossa plena liberdade nEle por meio da Sua graça. Ou seja: "*A oblação de Cristo, feita uma só vez, é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados de todo o mundo, tanto o original como os actuais, e não há nenhuma outra satisfação pelo pecado, senão essa. Portanto, o sacrifício da missa, no qual se diz geralmente que o sacerdote oferece a Cristo em expiação de pecados pelos vivos e defuntos, é fábula blasfema e engano perigoso."*(parágrafo 20)

Mas precisamos explicar o artigo sexto: "*O Antigo Testamento não está em contradição com o Novo,*

pois tanto no Antigo como no Novo Testamento a vida eterna é oferecida à humanidade por Cristo, que é o único mediador entre Deus e o homem, sendo Ele mesmo Deus e Homem; portanto, não se deve dar ouvidos àqueles que dizem que os patriarcas tinham em vista somente promessas transitórias. Embora a lei dada por Deus a Moisés, quanto às cerimónias e ritos, não se aplique aos cristãos, nem tão pouco os seus preceitos civis devam ser necessariamente aceites por qualquer governo, nenhum cristão está isento de obedecer aos mandamentos chamados morais."

Ora, parece contradizer a ab-rogação da Lei em Cristo. Mas não é bem isso.

Em primeiro lugar precisamos entender que a divisão da Lei como apresentada pelo artigo da Confissão é didática. O que Wesley está apresentando é um padrão a ser seguido por todos. Esse padrão é moral e o que se deve observar é a obediência a este padrão moral que Deus exisge declarado no decálogo, que tem seus preceitos em "Amara a Deus acima de todas as coisas e teu próximo como a ti mesmo"

Este entendimento fica simples de perceber quando vemos as observações de Wesley em outros textos de sua autoria.

Permitamos então que o próprio Wesley nos explique o que ele ensina sobre o que é o cristão cumprir a “Lei Moral”: “O primeiro uso da lei é, então, matar o pecador; destruir a vida e a força nas quais ele confia, e convencê-lo de que está morto em vida, não somente sob a sentença de morte, mas realmente morto para Deus, destituído de toda vida espiritual, morto em "transgressões e pecados". O segundo uso da mesma é trazê-lo à vida, a Cristo, para que ele possa viver. É verdade que, ao realizar essas duas missões, ela desempenha o papel de um severo mestre-escola. Ela nos conduz mais pela força do que pelo amor. Mas afinal o amor é a fonte de tudo. É o espírito de amor que, por este meio doloroso, estraçalha a nossa confiança na carne que não nos deixa nenhuma vara quebrada à qual confiar, e, assim, constrange o pecador, destituído de tudo, a clamar na amargura da sua alma ou gemer na profundeza do seu coração: abandono de toda desculpa; Senhor, estou condenado, mas tu

morreste. O terceiro uso da lei é conservar-nos vivos. É o grande meio pelo qual o Bendito Espírito prepara o crente para maiores comunicações da vida de Deus...